



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

Processo Seletivo Público para Estagiários de Direito – 2015

CADERNO DE PROVAS

Recife, 08 de agosto de 2015

INSTRUÇÕES

As instruções contêm informações indispensáveis à realização da prova. Não deixe de lê-las.

1. Este caderno de provas contém as 35 questões que compõem a **Prova Objetiva**, das quais 5 de **Direito Constitucional**, 5 de **Direito Civil**, 5 de **Direito Processual Civil**, 5 de **Direito Penal**, 5 de **Direito Administrativo** e 10 de **Língua Portuguesa**. Ele contém igualmente o espaço para a **Prova Dissertativa (Subjetiva)** e duas folhas para rascunho (as quais são de utilização **opcional**).

2. Na hipótese de o caderno estar incompleto ou com qualquer defeito formal, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal mais próximo que o substitua. **Não** serão deferidos recursos baseados em defeitos formais do caderno de prova.

3. Se o(a) candidato(a) considerar que determinada questão apresenta qualquer defeito de conteúdo, deverá dela recorrer no prazo previsto no Edital nº 01, de 27 de abril de 2015. **Não** será prestado, durante a realização da prova, esclarecimento algum relativamente a defeitos dessa natureza ou quanto à interpretação dos comandos e dos itens das questões.

4. É vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material, bem como a comunicação com qualquer pessoa que não os fiscais que estarão atuando na aplicação da prova de seleção.

5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive telefones celulares, que deverão ser desligados.

6. A duração da prova é de **3 horas** improrrogáveis, **incluído** o tempo para preenchimento do número de inscrição, do cartão de respostas e da Prova Dissertativa, caso seja usada folha de rascunho. Ao final desse tempo, o(a) candidato(a) que não entregar **imediatamente** o caderno de provas será considerado desistente da seleção.

7. O(a) candidato(a) **não** deverá identificar-se em nenhum lugar do caderno de provas ou do cartão de respostas a não ser naquele expressamente destinado a tal fim e **não** deverá assinar ao final da Prova Dissertativa.

8. As questões da **Prova Objetiva** apresentam alternativas, das quais apenas uma deverá ser marcada, conforme as instruções de cada comando.

9. Compete **unicamente** ao(à) candidato(a), sob sua **exclusiva** responsabilidade, marcar as respostas da **Prova Objetiva** nas quadrículas do cartão de respostas, que será o **único** documento considerado para correção. Serão consideradas **incorretas** marcações **duplas, rasuradas** ou **emendadas**. **Não** haverá, em hipótese alguma, substituição do cartão de respostas em razão de erro do(a) candidato(a).

10. O(a) candidato(a) deverá utilizar caneta esferográfica **preta ou azul** para efetuar as marcações no cartão de respostas. As quadrículas desejadas deverão ser completamente marcadas, sem que seus limites sejam ultrapassados. O cartão de respostas deve ser manuseado com cuidado para que não seja dobrado ou amassado. E, em hipótese alguma, deve ser utilizado corretivo líquido, em fita, ou qualquer outra forma de correção de marcação.

11. O **número de inscrição** do(a) candidato(a) deverá ser grafado e marcado no cartão de respostas na seção correspondente, com caneta preta ou azul, conforme exemplo abaixo (número de inscrição fictício "123456"):

I N S C R I Ç Ã O	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8
	0	1	2	3	4	5	6	7	8

12. A **Prova Dissertativa** deverá ser feita com letra **legível** em tinta **preta ou azul**. Porções ilegíveis **não** serão consideradas na correção, podendo, portanto, prejudicar a avaliação da prova.

13. A não observância de qualquer uma destas instruções poderá acarretar a **exclusão** do(a) candidato(a) da seleção.

BOA SORTE!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2015

PROVA OBJETIVA

Número de inscrição:

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil:

(I) – O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

(II) – O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(III) – O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 (onze) Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

(IV) – Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II, III e IV
- (B) Apenas I e IV
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I, II e III
- (E) Apenas III e IV

QUESTÃO 02

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que, quanto ao Tribunal do Júri, caberá à lei ordinária:

- (A) assegurar a soberania dos veredictos e sigilo das votações.
- (B) fixar sua competência.
- (C) estabelecer sua organização.
- (D) garantir a plenitude de defesa.
- (E) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

QUESTÃO 03

Analise as afirmações a seguir, e responda nos termos do que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil:

I - É função institucional do Ministério Público requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

II - O Ministério Público somente pode requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, após prévia autorização judicial.

III - As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

IV - O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de (20) vinte membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

São corretas, em sua totalidade, apenas, as afirmações dos itens:

- (A) I, II e III
- (B) I, II, III e IV
- (C) I e III
- (D) II, III e IV
- (E) III e IV

QUESTÃO 04

Julgue as atribuições a seguir, com base nos dispositivos constitucionais que disciplinam o Ministério Público.

I - Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

II - Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

III - Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

IV - Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

V - Expedir notificação nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar.

VI - Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas cinco itens estão corretos.
- (B) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
- (C) Apenas 4 (quatro) itens estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.

QUESTÃO 05

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, serão eleitos pelo voto popular e na forma do Sistema Proporcional:

- (A) Governadores de Estados, Presidente da República e Prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores.
- (B) Senadores da República.
- (C) Governadores de Estados, Presidente da República e Prefeitos de municípios com menos de 200 mil eleitores.
- (D) O Presidente do STF.
- (E) Deputados federais.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 06**

A personalidade civil da pessoa começa:

- (A) A partir dos 16 anos de idade, quando a pessoa passa a ser relativamente capaz para os atos da vida civil;
- (B) A partir dos 18 anos de idade, quando a pessoa passa a ser absolutamente capaz para os atos da vida civil;
- (C) A partir do nascimento com vida;
- (D) A partir da concepção;
- (E) A partir da emancipação.

QUESTÃO 07

Sobre os institutos da prescrição e da decadência assinale a alternativa que possua apenas itens corretos.

I. Os prazos de prescrição podem ser livremente alterados por acordo entre as partes.

II. Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

III. Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço dos entes federados.

IV. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

- (A) Estão corretos os itens II, III, IV.
- (B) Está correto apenas o item II.
- (C) Estão corretos os itens II e IV.
- (D) Estão corretos os itens II e III.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa correta:

- (A) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram são considerados bens móveis;
- (B) Um saco de feijão doado à Prefeitura do Recife é considerado um bem infungível;
- (C) O prédio público onde funciona a Procuradoria Regional de República é de uso comum do povo;
- (D) A pintura do artista é considerada acessória em relação à tela que a recebeu, porque sua existência pressupõe a desta;
- (E) Os tijolos de uma casa, provisoriamente dela separados em virtude de uma reforma, mas para nela serem reempregados, não perdem o caráter de imóveis.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa correta:

- (A) contrato de locação assinado por JOÃO, nascido em 31/12/2000, é nulo, possuindo o Ministério Público legitimidade para pleitear em juízo sua invalidação;
- (B) Considera-se condição suspensiva a cláusula do contrato de locação celebrado por MÁRIO (locador) e ROBERTO (locatário), dispondo que o contrato cessaria sua vigência no caso de transferência deste último da sua sede de trabalho para outro município;
- (C) O negócio jurídico celebrado por menor púbere não será válido mesmo que venha a ser ratificado posteriormente por seu representante legal;
- (D) É nulo o negócio jurídico quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa;
- (E) MÁRIO contratou PEDRO, pela quantia de R\$1.000,00, para que este provocasse uma batida intencional no carro de MARIA, sua ex-namorada. Referido contrato é anulável.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa correta:

- (A) A tradição é uma das formas de aquisição da propriedade de bem imóvel;
- (B) O locador de um imóvel pode, durante a vigência da locação, defender sua posse contra turbacão do proprietário;
- (C) É lícito ao proprietário de imóvel construir muro de 5 metros de altura, mesmo que isso prejudique a ventilação da casa do seu vizinho e ainda que a edificação (muro) não lhe traga qualquer comodidade ou utilidade;
- (D) Em nenhuma hipótese pode uma pessoa física estar na posse direta e indireta do mesmo bem concomitantemente;
- (E) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 11

COMO CEDIÇÃO, A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS É UM IMPORTANTE FENÔMENO PROCESSUAL CAPAZ DE PERMITIR A PLURALIDADE DE PARTES EM UM PROCESSO.

Imagine a seguinte situação jurídica: Neves empresta R\$ 500,00 para Sílvio e Sandro, sócios em uma empresa que fabrica sapatos, e a quantia deixa de ser paga a Neves na data estipulada no contrato de empréstimo, razão pela qual Neves opta por cobrar toda a quantia apenas de Sílvio, cujo patrimônio é maior.

Sandro resolve, então, requerer sua intervenção no processo por temer que Sílvio venha a sucumbir e que, ato contínuo, venha a agir regressivamente contra ele, após ter pagado toda a quantia devida a Neves, com a finalidade de obter de Sandro a sua quota-parte da dívida. Nessa situação, caracteriza-se a seguinte figura de intervenção de terceiros:

- (A) assistência qualificada ou litisconsorcial;
- (B) denunciação da lide;
- (C) chamamento ao processo;
- (D) assistência simples ou adesiva.
- (E) Nenhuma das assertivas anteriores é verdadeira.

QUESTÃO 12

A RESPEITO DA CAPACIDADE PROCESSUAL, ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA:

- (A) Os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito ou pelo procurador.
- (B) O juiz, de plano, deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, ao verificar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes.
- (C) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao réu citado por hora certa, por edital ou por meio eletrônico.
- (D) A citação dos cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários é prescindível.
- (E) Nenhuma das assertivas anteriores é verdadeira.

QUESTÃO 13

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, MARQUE A ASSERTIVA CORRETA:

- (A) O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos em que o membro do "Parquet" achar conveniente atuar, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.
- (B) Incumbe ao Ministério Público intervir, como "custos legis": i) nas causas em que há interesses de incapazes; ii) nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade; iii) nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

- (C) intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- (D) O órgão do Ministério Público não será civilmente responsável mesmo quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.
- (E) Nenhuma das assertivas anteriores é verdadeira.

QUESTÃO 14

SOBRE COMPETÊNCIA CIVIL, MARQUE A ASSERTIVA CORRETA:

- (A) As causas cíveis serão processadas e decididas, ou simplesmente decididas, pelos órgãos jurisdicionais, nos limites de sua competência, ressalvada às partes a faculdade de instituírem juízo arbitral;
- (B) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- (C) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.
- (D) Todas as assertivas anteriores estão corretas.
- (E) Nenhuma das assertivas anteriores é verdadeira.

QUESTÃO 15

SOBRE PETIÇÃO INICIAL E RESPOSTA DO RÉU, MARQUE A ASSERTIVA CORRETA:

- (A) Estando em termos a petição inicial, o JUIZ a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
- (B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- (C) O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, contestação, exceção e reconvenção.
- (D) A reconvenção e a exceção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas e serão processadas em apenso aos autos principais.
- (E) Todas as assertivas anteriores são verdadeiras.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 16

FABIO atira e fere mortalmente BRUNO, que vem a ser socorrido e é levado ao Hospital da Restauração, ainda com vida. No nosocômio, é atendido pela enfermeira TANIA que, inadvertidamente, ministra substância tóxica que vem a causar a morte de BRUNO.

- (A) FABIO deve responder pelo crime de homicídio, na modalidade consumada.
- (B) a enfermeira TÂNIA deve responder pelo crime de homicídio consumado.
- (C) FABIO e TANIA devem responder pelo crime de homicídio doloso, na forma consumada.
- (D) FABIO deve responder pelo homicídio tentado e TANIA por homicídio culposo.
- (E) FABIO deve responder pelo crime de homicídio e a conduta de TANIA é atípica, pois BRUNO inexoravelmente morreria em função do tiro recebido.

QUESTÃO 17

Sobre a coautoria e participação, considere as assertivas e marque a alternativa correta:

(I) ALESSANDER e ADYLO resolvem cometer assaltos nos semáforos de Recife. Para tanto, designam WILKER, menor impúbere filho de ADYLO, para abordar os automóveis, pedir socorro e distrair as vítimas, enquanto os outros praticam o assalto. Para o fim de caracterização do crime de formação de associação criminosa, o menor não pode ser considerado.

(II) CATIA e BIANCA sequer se conheciam, mas odiavam TAMARA, que nas festas costumava “ficar” com os namorados daquelas. As traídas pretendiam matar TAMARA. Certo dia, sem que tenham combinado entre si, postaram-se cada uma por detrás de árvores que margeavam a estrada normalmente utilizada por TAMARA no retorno das “baladas” para casa, já bem tarde da noite. Quando TAMARA se aproximou do local em que as duas se encontravam, cada uma desferiu vários tiros contra a desafortunada, que veio a falecer. Nas investigações chegou-se à conclusão de que os disparos que ceifaram a vida da bela e jovem TAMARA foram originados da arma de BIANCA, uma escopeta. Já os tiros que saíram da arma de CATIA não tiveram potencialidade para ferir mortalmente a vítima. As duas devem responder, em concurso de pessoas, pelo crime de homicídio consumado.

(III) JOSINALDO segura PRISCO para que PTOLOMEU o esfaqueie. ACÁCIO havia incutido em PTOLOMEU a ideia de matar PRISCO, uma vez que ele estava saindo com a esposa do algoz. JOSINALDO é coautor e ACÁCIO é partícipe do crime.

- (A) estão corretas as assertivas I e III
- (B) estão corretas as assertivas I, II e III
- (C) estão corretas as assertivas II e III
- (D) a única assertiva correta é a III
- (E) as assertivas corretas são a I e II

QUESTÃO 18

APOLÔNIO, advogado de causas ambientais, oferece a MIGUELINO seus serviços para ajudá-lo na solução de um litígio com o IBAMA, dizendo-se muito amigo de AGUIAR NETO, o Superintendente daquele órgão ambiental. Pede a Miguelino que lhe entregue a

quantia de R\$ 50.000,00, sendo R\$ 40.000,00 para pagamento dos honorários e R\$ 10.000,00 que segundo ele deveriam ser entregues a AGUIAR NETO, para que a elevada multa ambiental fosse anulada. De fato, APOLÔNIO era muito amigo de AGUIAR NETO e pede a este que cancele a multa ambiental, mesmo contra o parecer da procuradoria do IBAMA, que se posicionava pela manutenção da autuação. AGUIAR NETO, sem ter recebido ou solicitado qualquer valor, decide pelo cancelamento da multa, fazendo-o apenas pela amizade. Com o resultado alcançado, MIGUELINO entrega o dinheiro a APOLÔNIO, que se apodera dos R\$ 50.000,00 e faz uma viagem com a família para o Caribe.

Considerando a narrativa acima:

- (A) MIGUELINO praticou o crime de tráfico de influência.
- (B) AGUIAR NETO, mesmo sem ter recebido ou solicitado qualquer vantagem econômica, praticou o crime de corrupção passiva.
- (C) AGUIAR NETO e MIGUELINO praticaram o crime de corrupção, nas modalidades passiva e ativa, respectivamente, porque o delito de corrupção sempre é bilateral.
- (D) A conduta de APOLÔNIO é atípica, porque AGUIAR NETO não veio a receber qualquer vantagem.
- (E) APOLÔNIO não praticou o crime de tráfico de influência, porque o valor recebido foi exclusivamente para honorários, já que nada foi repassado ao servidor público do IBAMA. No entanto, praticou o crime de advocacia administrativa.

QUESTÃO 19

Considere as seguintes alternativas:

I. Antes do lançamento definitivo do tributo, não se tipifica crime qualquer espécie de crime contra a ordem tributária.

II. Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.

III. O crime culposo consiste na violação de um dever de cuidado manifestada numa conduta que provoca um resultado não desejado pelo agente, mas previsível.

IV. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, salvo se a lei posterior de qualquer modo favorecer o agente.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I, III e IV
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e IV
- (E) II e III

QUESTÃO 20

Considere as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

(I) A fabricação por um particular de uma cédula de R\$ 200,00 não constitui crime de moeda falsa, mas pode configurar o crime de estelionato se o agente conseguir repassar tal cédula a pessoa pouco esclarecida, dizendo-lhe que se trata de uma nova cédula fabricada pela Casa da Moeda.

(II) Juvenal, com o objetivo de demonstrar a seus amigos que é fácil falsificar a cédula de identidade emitida pela Secretaria de Segurança Pública, utiliza o scanner e a impressora, fabricando uma identidade bem semelhante à original. O fato configura o crime do art. 297 do CPB, já que o documento é público.

(III) Tadeu, empregador rural, tem o hábito de colher assinatura de seus empregados em papéis em branco, para preenchimento futuro no caso de demissão. Se Tadeu vier a preencher tais documentos quando da despedida, o fato somente constituirá crime de falsidade ideológica se o fizer com valores divergentes do efetivamente pago, para maior.

(IV) No crime de desacato, a presença do funcionário público é indispensável para a configuração do crime, mas este pode se consumir ainda que o funcionário não esteja, no momento da ofensa, no exercício das funções.

- (A) estão corretas as assertivas I e III
- (B) estão corretas as assertivas I e IV
- (C) estão corretas as assertivas II e IV
- (D) estão corretas as assertivas I, III e IV
- (E) estão corretas todas as assertivas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 21

Considerando a lei de licitações, responda qual a sequência correta de verdadeiro ou falso nas alternativas abaixo:

I) Ocorre dispensa de licitação quanto não há possibilidade de competição, porque somente há um prestador de serviço ou produto que atenda às necessidades da administração.

II) O fracionamento ilegal se caracteriza quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à prescrita pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar contratação direta.

III) Não fere o caráter competitivo de uma licitação para aquisição de gêneros alimentícios a exigência de que o fornecedor esteja sediado no local onde realizada a licitação;

IV) A escolha do tipo de licitação a ser realizada pertence ao administrador, desde que aplicado um critério de razoabilidade;

V) O fato de um prestador de serviço apresentar notória especialização não é motivo suficiente para que seja declarada a inexigibilidade de licitação.

- (A) F,V,V,F,V
- (B) F,V,F,F,V
- (C) V,V,F,F,F
- (D) F,V,V,F,F
- (E) V,V,F,V,V

QUESTÃO 22

A respeito da Lei n. 8.429 de 1992, Lei de Improbidade Administrativa (LIA), assinale a opção correta:

- (A) A improbidade administrativa somente pode ser praticada por servidor público, excluindo-se aqueles que exercem cargo em comissão ou funções temporárias.
- (B) Pessoas físicas sem vínculo com a administração também podem figurar como rés em ação de improbidade administrativa.
- (C) A ação de improbidade administrativa pode ser proposta pelo cidadão, desde que tenha sido prejudicado pelo ato ímprobo e seja portador do título eleitoral.
- (D) Tratando-se de prefeito, as ações de ressarcimento em virtude da prática de atos de improbidade administrativa prescrevem até cinco anos após o término do exercício do mandato.
- (E) Na ação de improbidade administrativa, o Ministério Público atuará somente como fiscal da lei, acompanhando a ação e apressando a produção da prova.

QUESTÃO 23

No tocante aos princípios administrativos, assinale a alternativa verdadeira:

- (A) O princípio da legalidade em direito administrativo corresponde à conformidade da ação com a norma, de sorte que na ausência de vedação expressa, a conduta do agente público está permitida;
- (B) Pelo princípio da separação das instâncias, se um servidor é absolvido em processo administrativo disciplinar, também deverá ser absolvido em processo crime instaurado em razão do mesmo fato;
- (C) O exercício do poder de polícia administrativo não pode ocorrer sem que sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, de sorte que não pode a administração apreender produtos, ou realizar demolições de obras irregulares, sem a interveniência do poder judiciário.
- (D) A eficiência, princípio constitucional da administração pública, pode ser objeto de controle por parte do Tribunal de Contas.
- (E) Pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, uma vez concretizado um ato administrativo, ele não pode mais ser revisto pelo administrador, apenas pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 24

Acerca dos serviços públicos e órgãos da administração pública, assinale a alternativa verdadeira:

- (A) As autarquias são exemplos de administração centralizada, pois detêm personalidade jurídica de direito público e são criadas por lei com autonomia administrativa e financeira.
- (B) Compete à Justiça Federal apreciar quaisquer demandas movidas contra empresas públicas e sociedades de economia mista pertencentes à União Federal
- (C) A ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações, deve ser considerada órgão da administração direta da União, posto que criada por lei para o exercício de função regulatória dos serviços públicos de telecomunicações.
- (D) As empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas priva-

das, no tocante às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

- (E) O direito do consumidor não pode ser aplicado no âmbito dos serviços públicos concedidos a empresas privadas, em virtude da solidariedade existente entre os usuários, pois a vantagem especial assegurada a um deles poderia comprometer a prestação aos demais.

QUESTÃO 25

No tocante à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- (A) O Estado não responde em caso de morte de detento por outro, tendo em vista que a responsabilidade é de natureza subjetiva nesses casos;
(B) Não é cabível a alegação de excludentes de responsabilidade em sede de responsabilidade objetiva;
(C) A demonstração da ocorrência do fato administrativo e do dano causado é suficiente para gerar ao Estado a obrigação de indenizar;
(D) Nos casos de condutas omissivas, a doutrina e a jurisprudência dominantes reconhecem a aplicação da teoria subjetiva, estando assim o dever do Estado de indenizar condicionado à comprovação do elemento subjetivo da culpa ou dolo.
(E) O direito de regresso da administração pública contra o servidor responsável pelo dano, quando a responsabilidade for objetiva, independe da demonstração de culpa ou dolo na ação deste.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa em que a palavra sublinhada está grafada corretamente, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) O advogado estava ancioso pelo julgamento.
(B) Joaquim pediu aucílio a seu colega para concluir o trabalho no prazo previsto.
(C) O cliente solicitou o concerto do aparelho, mas não foi atendido.
(D) O aluno possue todas as condições de ser aprovado no exame.
(E) É preciso que você continue o trabalho sozinho.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa em que o emprego do acento grave está correto, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) Paula perguntou à uma colega se ela gostaria de ir à cidade.
(B) Joana não gosta de assistir a palestras longas e pediu a palestrante para ser breve.
(C) O prêmio será entregue àquele que chegar primeiro a escola.
(D) Seguiu à regra do zoológico e observou os animais a distância.
(E) Às cinco da tarde, com o fim da votação, procedeu-se à apuração dos votos.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa em que a oração está correta, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, com relação à concordância nominal.

- (A) Vossa excelência está enganada, senhor juiz; não há provas de que o réu é culpado.
(B) O conjunto de provas documentais segue anexo.

- (C) O advogado escolheu os argumentos piores possível.
(D) A audiência foi meia demorada, mas o juiz não estava com pressa.
(E) A entrada nesta sala é proibido pelo chefe do setor.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa em que a oração está correta, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, com relação à concordância verbal.

- (A) Dr. Pedro ou Dra. Juliana ficarão responsáveis pelo caso.
(B) Não se pode riscar esses livros.
(C) Fazem dois meses que o recurso foi interposto.
(D) Sou eu quem escreve as peças processuais.
(E) Era dez horas da noite quando o professor terminou a aula.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa em que a oração está correta, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) O que atrasava o trabalho eram alguns dados incorretos.
(B) Dois quintos dos presos aguarda julgamento.
(C) Apenas 1% dos pedidos foram deferidos.
(D) A entrega do material foi feito na semana passada.
(E) Os advogados estavam bastantes otimistas.

QUESTÃO 31

Assinale a alternativa em que não há erro de ortografia, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) O mandato de segurança foi interposto dentro do prazo.
(B) O réu foi interrogado esta manhã.
(C) O acórdão foi publicado esta tarde na página do TRF5 na Internet.
(D) A rubrica do advogado deve constar em todas as páginas da petição.
(E) O promotor de Justiça não obteu todas as provas necessárias.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa em que a oração está correta, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) Quando você dizer que chegou, eu sairei de casa.
(B) As testemunhas se mantiveram firmes em suas declarações.
(C) O professor pediu pra mim levar o livro amanhã.
(D) Segundo o prefeito, a instalação das câmeras serão feitas esta semana.
(E) O MPF tem um papel importante no combate a corrupção.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa em que a oração está correta, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) O vigilante afirmou que não sabe porque a porta da sala ficou aberta.
(B) Sei que Antônio não virá hoje, mas não sei porquê.
(C) Porque o recurso ainda não foi julgado?
(D) O réu preferiu não recorrer porque achava que não teria sucesso.
(E) Fernando afirmou que não sabe o porque do atraso.

QUESTÃO 34

Em qual(is) das afirmativas abaixo a pontuação está correta, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa?

- (I) O professor marcou a prova, e os alunos estudaram.
 - (II) O desembargador federal, Marcelo Navarro, é o novo presidente do TRF5.
 - (III) Todas as pessoas que foram aprovadas na primeira fase do concurso, obtiveram nota acima de sete.
- (A) Somente I
 - (B) Somente II
 - (C) Somente III
 - (D) Duas delas
 - (E) Nenhuma delas

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa em que a oração está correta, de acordo com a norma padrão da língua portuguesa.

- (A) Paula trabalha no MPF a cinco anos.
- (B) O texto de Geraldo estava muito mau escrito.
- (C) Ele tentou me agredir, mas minha mãe o deteve.
- (D) Os documentos serão entregues à partir da próxima semana.
- (E) Pedro deixou recado, mas não obteve resposta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2015

PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:						
----------------------	--	--	--	--	--	--

Em 18/8/2010, as empresas TUDO EM PÉ CONSTRUÇÕES LTDA e CAI CAI OBRAS RÁPIDAS LTDA participaram de uma licitação promovida pelo município de CAMPO LIMPO, para execução de obra de grande porte, cuja Comissão de Licitação foi presidida pelo Sr. Licurgo, servidor público subordinado diretamente ao Secretário de Obras, Luiz Pequeno, o qual foi nomeado pelo Prefeito Antonio Carlos. A empresa TUDO EM PÉ foi inabilitada, tendo sido vencedora a CAI CAI.

Inconformado, o Sr. Almeida, sócio-gerente da TUDO EM PÉ, procurou o Secretário para que a decisão fosse revertida em seu favor, entretanto, por ser a proposta da empresa CAI CAI mais vantajosa para a administração, o secretário não acatou o pedido. Não satisfeito, o Sr. Almeida ofereceu-lhe uma "comissão" de 10% sobre o valor do contrato, vantagem de logo aceita pelo referido secretário, o qual determinou ao presidente da comissão que, sob alegação de falhas em algum documento, alterasse o resultado da licitação com o fim de habilitar a empresa então desclassificada. A empresa TUDO EM PÉ foi contratada por um preço superior àquele oferecido pela CAI CAI. A obra foi executada e entregue no prazo ajustado.

Em 2013, a partir de interceptação telefônica em outra investigação criminal que apurava crimes da lei de licitações, o fato de Campo Limpo veio à tona. Interrogado no inquérito policial, o Sr. Almeida confirmou tais fatos.

O Procurador da República ingressou com Ação de Improbidade contra todos os envolvidos. O pedido do Ministério Público foi julgado improcedente com relação ao prefeito, porque, embora havendo também assinado o contrato, juntamente com o Secretário de Obras, não teria recebido a vantagem financeira, e o sócio-gerente da TUDO EM PÉ, por não se tratar de servidor público. O juiz condenou, contudo, o Secretário de Obras, com base no art. 9º, inc. I, (receber para si ou para outrem, dinheiro, a título de comissão) e art. 10, VIII, (frustrar a licitude de processo licitatório) da Lei n. 8.429/92, bem como o presidente da comissão de licitação, com base na mesma Lei, art. 10, VIII (frustrar a licitude do processo licitatório).

O Procurador da República apelou para o TRF5R, requerendo a procedência do pedido também com relação aos dois réus absolvidos (prefeito e sócio-gerente).

O processo veio à Procuradoria Regional da República da 5ª Região para emissão de parecer na qualidade de fiscal da lei.

Como candidato a estagiário da PRR5R, elabore, de forma objetiva, um parecer.

BOA SORTE!

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, leaving a small margin at the top and bottom. There is no handwriting or other markings on the page.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2015

RASCUNHO DA PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

RASCUNHO

RASCUNHO